

THOMAS HOBBS X EDUARDO PAES

O ESTADO DE GUERRA DOS RESTOS PAGAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Qual a relação entre o filósofo britânico, Thomaz Hobbes, e o atual prefeito do Município do Rio de Janeiro? Aparentemente, nenhuma, né? Enganam-se. O primeiro morreu em 1679 (já se passaram 342 anos), enquanto o outro ressuscitou – politicamente – nas eleições de 2020. Todavia, Hobbes ao propor sua teoria contratual de origem do Estado já imaginava que após três séculos um governante seria capaz de manter o estado de guerra como outrora, sem medir as consequências de seus atos. Melhor dizendo, que um governante olharia apenas “para seu próprio umbigo” para se consolidar no poder político. Passados séculos, o outro, atual gestor municipal, recentemente, foi chamado de “ditador”, como noticiou a mídia. Não sei se é o adjetivo mais adequado, contudo, suas condutas se coadunam como aquelas tomadas pelos nominalistas contemporâneos do filósofo britânico

Por que a afirmação acima? A resposta é simples – porém cabe uma longa e séria pesquisa o que não se propõe neste texto - Hobbies propõe a criação do Estado com a finalidade de cessar o estado de guerra que se estabelecia naquela época que todos eram iguais e soberanos de si mesmos, ao ponto de obter o direito de outrem, de acordo com sua vontade e força. Em apertada síntese, o filósofo propõe a criação de uma organização civil para que um grupo de pessoas pudessem proteger todos os cidadãos por intermédio da ética e da moral, utilizando-se da sua força maior, qual seja: o poder emanado da maioria do povo, o chamado Estado civil. A finalidade era a obtenção da paz. E a segurança e estabilidade são os pilares do estado de concórdia. O estado de guerra é mais prejudicial – não só prejudicial ele é economicamente importante - que o período da guerra. Daremos apenas um: Quando uma nação mantém custosos arsenais de armas e tecnologias para demonstrar sua capacidade de defesa ou ataque em eventual investida adversaria.

Pois bem, qual a relação do estado de guerra ou estado de concórdia com o não pagamento dos restos a pagar? O particular contratado pelo Município do Rio de Janeiro vive num estado de guerra, pois ele não sabe se os contratos administrativos serão cumpridos. Se ele será obrigado a renunciar seu lucro com o fim de resgatar seus investimentos.

No momento, no Município do Rio de Janeiro estamos no período de guerra – tentar impedir o ilegal confisco dos restos a pagar. Todavia, vivemos num estado de guerra há muitos anos, sobretudo, após o ano de 2016. Ocasão que foi imposto o primeiro calote público com os cancelamentos indevidos de empenhos. Lembrem-se, esses cancelamentos foram realizados pelo atual Prefeito, antes dele ressuscitar politicamente.

THOMAS HOBBS X EDUARDO PAES

O ESTADO DE GUERRA DOS RESTOS PAGAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Quem é a vítima do calote público? **Com toda certeza, a sociedade carioca.** Por que? Fácil, os empresários que fornecem para o Município passarão pelo período de guerra (*são as vítimas imediatas*), porém viverão para sempre no estado de guerra e criarão suas armas para impedir que medidas que afetam seus patrimônios se repitam, as consequências, serão (i) o surgimento de uma alavanca comportamental que proporcionará a redução da produtividade e atraso na entrega de bens no período que antecede a transição de governo; a (ii) a prática de preços mais altos nas contratações governamentais, em virtude dos riscos financeiros decorrentes dos atrasos de pagamentos; (iii) desestímulo da iniciativa privada contratar com a Administração Pública; (iv) desvio de recursos orçamentários já comprometidos para investimentos em capital político, o chamado interesse de governo; (v) fomento ao crime de corrupção e correlatos. Destarte, a vítima mediata dos atos do atual gestor municipal será a sociedade carioca, como afirmado anteriormente. Por derradeiro, a insegurança jurídica – estado de guerra – decorrente dos descumprimentos das obrigações contratuais e legais dos gestores municipais é prejudicial às futuras contratações governamentais. O que mais me deixa indignado é o silêncio e a omissão dos órgãos de controle externo.

Hobbies não sabia que o Estado civil que ele idealizou seria o instrumento utilizado contra o seu próprio povo. Nunca pensou que depois de 300 anos, um algoz da sociedade, iria subverter a finalidade da sua teoria para se beneficiar politicamente e criar razies para perpetuar seu grupo no poder.

Vamos ao recado final. A única intenção em não quitar dívidas pretéritas – restos a pagar – é utilizar esses recursos públicos para executar projetos de governo e capitalizar votos, uma vez que numa POLITICA DE ESTADO, a prioridade seria restabelecer a segurança jurídica. Isto é, INVOCAR A PAZ.

GILMAR BRUNIZIO

Advogado. Mestre em Direito Público. Membro do IDARJ e do IAB.